

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Michele Raiane Evangelista Lacerda¹
Dângela Thalya Rodrigues Silva²
Sileide Mendes da Silva³

RESUMO

Esse trabalho foi desenvolvido com o propósito de orientar todos os envolvidos no processo educacional conforme regulamentos voltados para a inclusão educacional. Essa pesquisa realizou-se através de um estudo bibliográfico na qual apresenta as ideias de vários autores engajados na área da educação com a finalidade de compreender questões essenciais sobre a aprendizagem, debater suas causas e consequências, conhecer as políticas públicas de inclusão e a importância do papel do professor nesse processo. O estudo demonstrou que para desenvolver práticas inclusivas no ensino regular é necessário ter conhecimento sobre as políticas públicas, como também dos fatores que dificultam a aprendizagem do aluno. Espera-se que esse trabalho ajude os educadores como orientação no exercício da inclusão dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Portanto, é essencial que o professor conheça a realidade de seu aluno para que possa buscar estratégias que o auxiliem no desenvolvimento do seu potencial.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Dificuldades de Aprendizagem, Ensino Regular.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um processo educativo social que ocorre dentro da escola regular. Ela garante uma igualdade de oportunidades e valorização das diferenças, sejam elas étnicas, intelectuais, culturais, sociais, físicas, sensoriais ou de gêneros humano. A inclusão escolar não consiste em somente colocar o aluno na instituição escolar, mas inseri-lo em âmbito propício à construção de conhecimento. A comunidade escolar necessita estar preparada para acolher esses alunos e para que isso ocorra é importante que todos compreendam alguns fundamentos básicos da inclusão escolar.

É comum encontrar alunos com dificuldades de aprendizagens principalmente na fase da alfabetização. E essas dificuldades tem sido alvo de muitas pesquisas devido a um aumento

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia, michelle_rayanne@hotmail.com;

² Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia, dangelathalyarodrigues@gmail.com;

³ Professora orientadora, mestre em Ciências da Educação. Professora da Faculdade Alfredo Nasser, Remanso Bahia, e-mail: sileidemendes.uneb@gmail.com.



de queixas dos professores sobre os desafios enfrentados para ensinar alunos que manifestam dificuldades de aprendizagem. Entretanto, compreender os fatores que influenciam na aprendizagem e conhecer as políticas públicas destinadas para atender esse público podem auxiliar o professor na sua prática educacional de inclusão.

Dificuldade de aprendizagem pode ser caracterizada como certa desordem que o sujeito tem na qual apresenta dificuldades em aprender de forma efetiva. Ela é considerada como um termo mais global com causas ligadas ao sujeito que aprende, aos conteúdos pedagógicos, ao professor, aos métodos de ensino, ao ambiente físico social da escola.

Considera-se que quando o aluno está em fase de alfabetização é necessário que ele aprenda sobre a estrutura da escrita e sua organização na qual possui uma estreita relação da escrita com a oralidade para que possa aprender e desenvolver sua aprendizagem. Portanto, alguns professores não possuem conhecimento necessário para acolher e incluir esses alunos e compreender tais dificuldades que afetam diretamente o progresso da aprendizagem.

O presente trabalho tem por objetivo geral orientar todos os envolvidos no processo educacional de acordo com os textos legais para a inclusão educacional de alunos com dificuldades de aprendizagens. Tem como objetivos específicos apresentar alguns fatores que podem interferir na aprendizagem escolar, compreender a atuação do professor no desenvolvimento da aprendizagem desse aluno e conhecer as políticas públicas direcionadas que asseguram a aprendizagem de alunos com dificuldades de aprendizagens.

METODOLOGIA

Como procedimento de coleta de informações foi utilizado à pesquisa bibliográfica, a qual conforme Boccato (2006) enfatiza que visa à solução de um problema e também discute as contribuições científicas a partir de referenciais teóricos publicados.

Gil (1999) afirma que a pesquisa bibliográfica faz o uso de material secundário na qual é feita através de trabalhos já publicados, em forma de livros, publicações avulsas, revistas, imprensa escrita, e tem por objetivo fazer com que o pesquisador tenha em contato direto com o que foi escrito a respeito de certo assunto.

Deste modo, de acordo com este método foram tratados assuntos e informações a partir da leitura de livros, artigos, revistas, documentos tais como: A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação entre



outros dispositivos a fim de apresentar os direitos que o aluno com dificuldades de aprendizagem possui no momento em que é incluído.

REFERENCIAL TEÓRICO

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

A área da Educação Inclusiva é repleta de necessidades que necessitam ser analisada sobre diferentes óticas já que sua proposta possui um caráter revolucionário, pois exige uma reestruturação na prática pedagógica da escola.

Conforme Mantoan (1997), para o exercício da inclusão é necessário que a escola desenvolva novos recursos de ensino e aprendizagem, formulados após uma modificação das ações pedagógicas dos professores e também da escola, sendo a sim, a instituição de ensino estará pronta para atender às necessidades de todos os alunos.

De acordo com a prática da inclusão consiste em valorizar o ser humano deixando de lado qualquer tipo de preconceito, proporcionando aos alunos a oportunidade de exercer sua cidadania e de se sentir integrante na sociedade, como também participando constantemente do processo de aprendizagem para seu desenvolvimento educacional, cultural e emocional (SOARES, 2003).

Nos últimos tempos tem sido bastante usado o termo Dificuldades de Aprendizagem, visto que muitas dessas dificuldades são descobertas na criança em razão do baixo rendimento escolar. Os problemas que relacionados a essas dificuldades tem sido motivo de muita preocupação para os docentes que atuam nos anos iniciais do ensino Fundamental I já que é nesse período que as crianças começam a desenvolver habilidades de leitura, escrita e cálculos matemáticos. Garcia afirma que a dificuldade de aprendizagem é:

[...] um problema que está relacionado a uma série de fatores e podem se manifestar de diversas formas como: transtornos, dificuldades significativas na compreensão e uso da escrita, na forma de falar, ler, escrever, raciocinar e desenvolver habilidades matemáticas [...]. (1998, p. 31-32).

Segundo Major (1987), o termo dificuldades de aprendizagem não pode estar associado à ausência de inteligência na criança, uma vez que existem vários fatores que prejudicam de forma significativa o processo de aprendizagem.

É de suma importância compreender que existem fatores exclusivos ao ambiente, ao âmbito social, cultural, emocional, podendo ser até algum quadro clínico coincidente com a



fase de desenvolvimento da criança, visto que tais dificuldades diminuem de acordo com as intervenções e adaptações realizadas dentro do espaço escolar. Esses problemas de aprendizagem resultam em um baixo rendimento escolar.

Conforme Piaget (1933) a parte cognitiva exerce um papel de extrema importância na construção do conhecimento, visto que, a cognição é uma habilidade que o indivíduo possui de processar informações com o objetivo de proporcionar ao sujeito a capacidade de perceber, interagir-se e de reagir aos estímulos do ambiente.

A escola foi vista durante muito tempo como lugar de transmissão de conhecimento e a educação emocional ficaram somente na responsabilidade da família, mas o que tem se percebido é que a família não está dando conta em educá-los emocionalmente. Diante disso, a escola tem sido um ambiente ideal trabalhar as emoções.

De acordo com Piaget (1933), os sentimentos e as operações intelectuais não se consistem em duas realidades dissociadas, mas sim, dois elementos que se completam em relação a realidade psíquica, visto que o pensamento é enriquecido de um significado afetivo, por isso, “a afetividade e a cognição são indissociáveis na sua origem e evolução” (BARROS, 2002, p. 59). Portanto, entende-se que a afetividade leva o aluno a aprender e a construir novos conhecimentos, porém, está submetida ao vínculo afetivo estabelecido em sala de aula.

Devido a isso, o professor precisa motivar seus alunos e estimulá-los a descoberta, a curiosidade, deixar ser questionado, possibilitando oportunidades para que o aluno se expresse, assim, esse ambiente estará propício à aprendizagem.

Os fatores ambientais influenciam bastante na aprendizagem do aluno, podendo potencializar ou limitar a capacidade de aprender. Os fatores do ambiente interagem com os fatores do organismo no desenvolvimento da aprendizagem, na qual eles podem ter origem nos âmbitos familiares, escolares e socioeconômicos. Segundo Marquezam (2000) cada grupo familiar cria expectativas a respeito do proceder, comportamentos e vida profissional futura dos filhos.

Essas ações podem afetar profundamente o desenvolvimento futuro da criança obrigando-lhe responder atividades que na maioria das vezes não são de acordo com suas capacidades, aptidões e/ou desejos. As famílias possuem uma modalidade de aprendizagem na qual cada grupo familiar se aproxima (ou se afasta) do conhecimento.

Esta forma de aprender passa de pai para filho definindo assim como as gerações mais novas vão se relacionar com o saber. Muitas das dificuldades de aprendizagem tem origem no ambiente escolar, onde as maneiras do professor conduzir a aula dificultam a aprendizagem,



como não ser claro nas explicações, ministrar aulas monótonas, não esclarecer as dúvidas dos alunos e não valorizar a participação do aluno.

As condições financeiras ou econômicas das famílias podem ocasionar um baixo rendimento escolar em razão da falta de recursos que possibilite uma boa nutrição, uma boa vestimenta, saúde, lazer etc. “é que as diferenças socioeconômicas entre os alunos são as responsáveis pelas diferenças no seu desempenho” (BROOKE; SOARES, 2008, p. 15). Sobre os fatores externos à escola, Brandão, Bianchini & Rocha (1983) afirmam que as questões socioeconômicas estão estritamente relacionadas à alta taxa de evasão, desistência, repetência e reprovação escolar.

O ambiente escolar pode dificultar a aprendizagem. De acordo com Piletti (2002), o método utilizado pelo professor para ensinar pode desencadear um desinteresse em certa disciplina, para que isso não ocorra o seu trabalho precisa ser redirecionado com objetivo de favorecer no aluno a capacidade de vencer as dificuldades enfrentadas, incentivando e estimulando, portanto, é essencial que o professor busque métodos e técnicas de ensino.

Na perspectiva de Drouet (2003), o papel do professor é fundamental na superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos, visto que, é através da interação com os alunos que o professor irá atrair a atenção e o interesse dos mesmos em aprender, até mesmo no momento que manifestam dificuldade de compreender o que está sendo ensinado em sala de aula.

O conhecimento destes conceitos estimula o educador para uma investigação mais cautelosa e minuciosa já que há uma maneira diferente de agir para cada um dos conceitos, utilizando procedimentos específicos de maneira que não venha a rotular o aluno. Cabe aos profissionais da educação procurar compreender as dificuldades e as causas que influenciam. A intervenção precoce aumenta e melhora a chance do aluno ser bem sucedido na escola e também na vida (SOARES, 2003). Porém, se isso não ocorrer, além dos prejuízos esperados, muitos problemas podem aparecer, como frustrações, baixa autoestima e entre outros.

Políticas Públicas: A inclusão do aluno com dificuldades de aprendizagem no ensino regular

Para que todos os alunos tenham garantido o direito de aprender, independente da sua condição, sem ser discriminado, o Ministério da Educação apresenta a Política Nacional de Educação Especial na concepção da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) na qual propõe constituir políticas públicas que proporcionem uma educação de qualidade para todos. A



inclusão dos alunos com dificuldades de aprendizagens está assegurada e orientada por diversos textos e leis.

A Constituição Federal de 1988 no art. 3º Inciso IV tem como objetivos essenciais “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). E no seu artigo 205 declara que: [...] “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

No artigo 206, Inciso I, determina a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e no artigo 208 afirma que é dever do Estado à oferta do atendimento educacional especializado dando preferência a rede regular de ensino (BRASIL, 1988). A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº 9.394/96 do artigo 12, inciso I, orienta que a escola “deve elaborar e executar sua Proposta Pedagógica”; no inciso V, a escola tem que “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”.

Em relação à avaliação a LDB, artigo 24, inciso V, a alínea a, orienta que deve ser “[...] contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº10.172/2001 ressalta que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2001).

O Conselho Nacional de Educação através do decreto CNE/CEB nº 02/2001 determinou que alunos com Necessidades Educacionais Especiais são todos aqueles que manifestam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, que atrapalham no acompanhamento das atividades propostas.

[...] Art. 5º. Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específicas; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências [...]

E no seu artigo 8º propõe-se alguns ajustamentos para atender esses alunos.

[...] As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: (...) III – Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos,



metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória; IV – Serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante: a) Atuação colaborativa de professor especializado em educação especial; (...) d) Disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

No ano de 1994 em Salamanca na Espanha durante a Conferência Mundial de Educação Especial foi constituído um compromisso após a declaração de Salamanca. Esse evento se tornou um importante marco na luta por uma escola inclusiva, levando em conta as características dos alunos, através de uma proposta pedagógica centralizada, respeitando suas limitações e potencialidades. Nessa declaração organizada por vários governos e organizações internacionais com o foco de incluir crianças com deficiência no sistema regular de ensino, resultou na formulação do documento que inclui iniciativas para a inclusão de todos os tipos de alunos na rede regular de ensino.

A educação inclusiva no ensino regular de ensino deve ser garantida tanto no setor público como as escolas privadas ante qualquer desculpa ou justificativa não pode ser desprezado ou negar a responsabilidade de incluir e /ou prestar assistência educacional necessária ao aluno que necessite de maneira permanente ou temporária. No artigo 209 da Constituição Federal afirma que as escolas estão sujeitas à autorização e fiscalização pelo Poder Público “[...] quanto ao cumprimento das normas gerais da educação nacional” (BRASIL, 1988).

Diante desse aparato de leis, a escola tem a possibilidade de construir uma proposta pedagógica que proporcione uma educação de qualidade visando a inclusão e permanência do aluno com dificuldades de aprendizagem.

A Lei assegura a educação para todos, mas será que na prática isso ocorre? A inclusão é tema que provoca muitas dúvidas e discussões, especialmente entre pais e professores. Nos dias de hoje muitas escolas afirmam que praticam a inclusão, porém, há muitos professores sem capacitação para trabalhar com esse público.

Segundo Siems (2010) enfatiza que a pouca oferta de capacitação no Brasil ocorre pelo fato de ser bem recente a preocupação em preparar professores para uma educação inclusiva. Portanto, ainda conforme a autora é necessário mais investimento para a reconstrução de práticas educacionais, reorientando os docentes para uma atuação mais eficaz.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa em questão teve como intuito investigar as causas dos problemas de aprendizagem onde foi possível notar que esses fatores são externos. Tais fatores destacados foram os emocionais que segundo Piaget (1933) os elementos cognitivos e emocionais andam juntos no processo da aprendizagem.

O estudo também destacou conforme Marquezan (2000) que os fatores que tem origem no âmbito familiar interferem como as expectativas que os pais ou responsáveis criam em relação ao futuro escolar do filho. As experiências dos familiares ou responsáveis na trajetória escolar que os aproximaram ou afastaram do saber e as condições socioeconômicas que segundo Brandão, Bianchini & Rocha (1983) estão relacionadas à evasão escolar e repetências. O ambiente escolar também pode está relacionado com as dificuldades de aprendizagem. Peletti (2002) afirma que os métodos podem dificultar a compreensão do aluno.

Vale resaltar a importância da interação do professor com o aluno para estimular o interesse em estudar (DROUET 2003). Percebe-se a necessidade do professor compreender essa relação de causa e efeito para que possa estar adaptando ou até mudando as suas práticas pedagógicas na sala de aula.

Existem várias leis tais como o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 que cita que a educação é para todos e dever do Estado e da família. A LDB 9394/96 no artigo 12 orienta que as escola tem que elaborar e executar suas propostas pedagógicas, bem como providenciar meios para a recuperação de alunos com baixo rendimento. Outra importante declaração foi do Conselho Nacional de Educação nº 02/2001 no seu artigo 8º que orienta ajustar as práticas pedagógicas para atender esses alunos.

Apesar de legislação assegurar um ensino que atendam as necessidades educacionais desses alunos, nota-se que poucos são os professores que tem formação na área. A capacitação desses docentes é essencial para a inclusão efetiva nos termos das leis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho através dos autores fundamentados auxilia com conhecimentos todos que estão envolvidos no processo educacional no combate às dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos alunos na trajetória escolar. Entende-se que somente a atuação do professor



não é suficiente para solucionar tais problemas, a gestão escolar, a coordenação, pedagogos que atuam na instituição precisam auxiliar, apoiar e fornecer meios ao professor que atua diretamente com estes alunos.

Conforme abordado no corpo do trabalho, há vários fatores que provocam a dificuldade de aprendizagem. Porém, muitas delas tem se perpetuado devido a baixa autoestima constituída pelo aluno resultando em desmotivação em fazer atividades.

Diante disso, o papel do professor é essencial para elevar a auto-estima do aluno e motivá-lo nas atividades propostas. Portanto, não há uma fórmula exata para solucionar os problemas, visto que cada aluno tem suas particularidades que requer metodologias diferenciadas para atender às necessidades de cada aluno.

Todos que trabalham na educação, bem como os pais ou responsáveis dos alunos precisam conhecer as políticas públicas direcionadas a este público para que tenham seus direitos assegurados de ter uma educação de qualidade e inclusiva.

Conforme foi pesquisado, as instituições de ensino já praticam a inclusão oferecendo a oportunidade a esses alunos com dificuldades de aprendizagem de estar estudando com os demais alunos que não apresentam dificuldade em aprender. Porém, muitos professores se queixam de não saberem lidar com esses alunos que conseqüentemente acabam ficando de lado e não recebendo assistência da forma que necessita.

De acordo com o que foi citado no trabalho, esse assunto precisa ser bem debatido e requer muitas pesquisas para a contribuição de uma prática efetiva de inclusão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela a oportunidade de produzir este artigo, pois toda a sabedoria vem dele. Agradeço ao meu esposo pelo apoio e compreensão. A minha professora Mestre Sileide Mendes por dedicar seu precioso tempo em nos orientar. Enfim, agradeço as minhas colegas, em especial a Dângela Thalya pela contribuição.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. H. **Freud e Piaget**: afetividade e inteligência. Instituto Piaget: Epigênese desenvolvimento e psicologia, 2002.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini; ROCHA, Any Dutra Coelho da. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil (1971-1981). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 64, n. 147, p. 38-69, maio/ago. 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. **Ministério da Educação. CNE/CEB nº 2/2001.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 13 out 2020.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais,** Salamanca-Espanha.,1994.

DROUET, Ruth Caribé da Rocha. **Distúrbios de Aprendizagem.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GARCIA, J.N. **Manual de dificuldades de aprendizagem, leitura, escrita e matemática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAJOR, S. **Crianças com dificuldades de aprendizado.** São Paulo: Manoele, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon. SENAC, 1997.

MARQUEZAN, Reinoldo. **Aprendizagem e Dificuldades de Aprendizagem.** Cadernos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Laboratório de Pesquisa e Documentação - LAPEDOC - Santa Maria, 2000.

PIAGET, Jean. **A Evolução Social e a Pedagogia Nova.** In: PIAGET, Jean. Sobre a Pedagogia: textos inéditos. São Paulo: Casa do Psicólogo, [1933] 1998.

PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional.** 17.ed. São Paulo: Ática, 2002.

SIEMS MER. **Educação especial em tempos de educação inclusiva: identidade docente em questão.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

SOARES, Dulce Consuelo R. **Os vínculos como passaporte da aprendizagem: um encontro D'EUS.** 2. ed. Rio de Janeiro, Caravansaral, 2003.